



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Aline Leite de Souza¹

Resumo: O seguinte texto, trata da apresentação de um Projeto de Pesquisa de mestrado acadêmico, que se propõe estudar, em que medida os assistentes sociais desenvolvem a dimensão pedagógica e política do trabalho profissional em diferentes espaços da sócio-ocupacionais e, de que forma, contribuem para a construção do pensamento crítico dos indivíduos atendidos. Para isso, é importante considerar o atual contexto socioeconômico e político brasileiro em que o trabalho profissional está inserido, os desafios atuais da categoria e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Assim, compreender como os assistentes sociais contribuem para a organização política do indivíduo, o diálogo com os movimentos sociais e a participação do usuário na construção das políticas sociais e na participação em suas instâncias de controle.

Palavras-chave: Dimensão Política, Dimensão Educativa, Trabalho Social.

Abstrac: The following text deals with the presentation of an Academic Master's Research Project, which aims to study the extent to which social workers develop the pedagogical and political dimension of professional work in different socio-occupational spaces and, in what way, contribute for the construction of the critical thinking of the attended individuals. For this, it is important to consider the current Brazilian socioeconomic and political context in which professional work is inserted, the current challenges of the category and the Social Service's Ethical-Political Project. Thus, to understand how social workers contribute to the political organization of the individual, the dialogue with social movements and the participation of the user in the construction of social policies and participation in their instances of control.

Keyword: Political Dimension, Educational Dimension, Social Work.

1. Introdução

A seguir, será apresentado o projeto de pesquisa de mestrado acadêmico, cujo objeto de investigação trata, como mencionado anteriormente, da dimensão política e educativa do trabalho dos assistentes sócias e sua contribuição para a construção da consciência crítica das pessoas atendidas.

Acredito que seja importante mencionar que a motivação para estudar o tema, decorre da observância empírica da prática profissional, exercida em espaços sócio ocupacionais públicos e privados, onde a atuação do assistente social, por vezes, se resumia a mera prestação de serviços de um trabalho institucionalizado. Institucionalização do trabalho essa, que por vezes tolheu a intervenção profissional, comprometendo a proposta do Projeto Ético Político do Serviço Social, para que os objetivos institucionais fossem cumpridos.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <aline_leiteds@hotmail.com>.

Ao longo da história, é possível perceber as transformações das demandas da profissão, bem como o fortalecimento da dimensão político-profissional, diretamente influenciadas pelo contexto socioeconômico e político de cada período da história. (Mota, 2017).

A profissão emerge e se particulariza pela intervenção direta e imediata na realidade desde os anos 1940, em compasso com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em cujo curso as classes sociais fundamentais teceram suas sociabilidades. A sociabilidade das classes dominantes transitou pela modernização conservadora, deslizando da aristocracia latifundiária e agroexportadora para o industrialismo tardio, tendo, na tênue democracia e nos arroubos autocráticos, as mediações das suas práticas sociais, econômicas e ideológicas. (MOTA, 2017, pg. 45).

Segundo Iamamoto (2007), durante o período ditatorial, muitos profissionais buscavam o aperfeiçoamento técnico para a implementação de um conjunto de programas sociais compensatórios da repressão, do arrocho salarial e da desmobilização política das classes e grupos profissionais. Neste período também foram sufocadas as primeiras iniciativas críticas que, durante o período desenvolvimentista, tiveram lugar nos trabalhos comunitários e de educação popular com apoio nas contribuições do educador brasileiro Paulo Freire.

Com o esgotamento da ditadura civil-militar, elaboração dos Códigos de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão, o Serviço Social fortaleceu sua dimensão político-profissional para responder as demandas postas por aquele contexto socioeconômico e político dos anos 80 (Iamamoto, 2017).

Em seguida, com a Constituição Federal de 88 e o conceito de seguridade social, a assistência social passa a compor o sistema de garantia de direitos e com o surgimento da Política Nacional de Assistência Social e implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), há uma expansão dos espaços sócio-ocupacionais.

Além disso, a análise de Freire (1980) traz ainda que: a educação tem caráter social e a busca de alternativas e propostas devem ser uma constante em nosso dia a dia, no sentido de resgatar o “homem”, o “cidadão” e o “trabalhador” da alienação de seu “ser”, de seu exercício de cidadania e de sua dignidade.

É importante demarcar aqui, que não estamos falando da educação formal ou escolar, mas sim da dimensão pedagógica do trabalho do assistente social e de sua importância no processo de construção consciente de suas intervenções profissionais frente às demandas que lhe são postas.

A partir deste cenário, as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, dentro da construção de conhecimento na área das Ciências Sociais, contribui para uma intervenção profissional que possibilita uma reforma intelectual, difundindo outra concepção de mundo vinculada aos interesses das classes populares, suscitando na percepção de sujeito coletivo.

Contudo esses são os pontos que a pesquisa deve abordar, uma vez que vimos-nos provocados pela construção de uma prática que fomentasse a reflexão desses usuários e instigasse a participação e organização social nos colegiados possíveis para a construção das políticas sociais e suas instâncias de controle e avaliação.

2. A Contribuição do Trabalho do Assistente Social para a Construção da Consciência

Foi analisando o texto “Possibilidades Lenineanas para uma *Paidéia Comunista*”, que traz as contribuições da *práxis lenineana* que busca *respostas civilizatórias* às questões postas pela realidade concreta, sob a lente da teoria social de Marx (Mazzeo, 2015, pg. 31), que pudemos entender um pouco sobre a lógica da construção do pensamento no contexto capitalista.

Para Mazzeo (2015), pensar em ação política como núcleo de transformação social sob a ótica marxista, pressupõe um processo de educação em movimento permanente. Para Marx a *práxis humana* é o elemento central que transforma o homem, logo, o homem é *produto de sua práxis*. E essa ideia de *práxis* posta na lógica educacional é a ideia de aprendizado permanente, que no texto, o autor usa a expressão “ação-pensamento/pensamento-ação” para expressar o processo de constante avaliação das nossas práticas para que suscite outras práticas.

Como mencionado anteriormente, foi essa reflexão constante da *práxis* que motivou a pesquisa. Pois, se pensarmos a prática cotidiana de nós assistentes sociais, comprometidos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, que visa à construção de uma ordem societária que atenda aos interesses da classe trabalhadora, por vezes, nos sentimos conflitantes.

Se pensarmos ainda que, na medida em que a Assistência Social vai se consolidando como direito, desde a Constituição Federal de 1988, seguida da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), os instrumentos teórico-metodológicos da profissão se ampliam, uma vez que o cenário passa a exigir da profissão, intervenções mais complexas. Sendo assim, a intervenção profissional passa a ter também possibilidade de contribuir para a formação do processo de consciência do indivíduo que é atendido, difundindo outra concepção de mundo vinculada aos interesses das classes populares, suscitando na percepção de sujeito coletivo.

Entretanto, o primeiro passo para viabilizar tal intervenção se dá através de uma reflexão crítica e constante frente às situações que nos cercam. Assim, para Mazzeo (2015),

o processo permanente de conhecimento se objetiva em dois momentos:

O primeiro trata do que o autor denomina como *apreensão racional imediata* da realidade e o segundo trata *apreensão racional mediativa* do mundo e é essa relação entre o mundo *mediativo* e o *imediativo* que se faz fundamental para o processo de aprendizagem permanente.

Assim, no mundo *imediativo* temos o cotidiano e a imediatricidade (pragmático-operativo) do *ser social* enquanto no mundo da *mediação* é sair do imediatismo e passar a refletir sobre o cotidiano ter o pensamento teórico de si. Ou seja, a mediação é a conexão entre o mundo imediativo e pragmático em que vivemos e a reflexão permanente que os homens realizam através de sua práxis (Mazzeo, 2015 idem pg. 32).

Sendo assim, existe na *práxis*, uma conexão dialética entre o quantitativo socialmente realizado e o qualitativo gerado e conquistado por essas realizações. Desta forma, *o processo de acúmulo social gera saltos qualitativos - de caráter ontológico –e, desse modo novas conquistas sociais* (Engels, 1979, pg.34 *apud* Mazzeo, 2015, pg.32).

Neste sentido, entender a *práxis* do assistente social em sua atuação nas políticas sociais, operacionalizada pelo setor público e/ou privado, se faz necessário para entender sua contribuição frente à superação das expressões da questão social que, atualmente estão organizadas de forma segmentada pela Política de Assistência Social.

Também é importante ressaltar que o SUAS prevê em suas disposições, legitimidade na participação política do usuário dos serviços na construção, execução e vigilância social como parte dos objetivos a serem alcançados. Sendo assim, a reflexão sobre o mundo cotidiano do ser social é atribuição dos trabalhadores das políticas sociais, entre eles, os assistentes sociais.

Para Mazzeo (2015), o desenvolvimento da Polis na Grécia antiga, possibilitou o nascimento de uma ontologia. Porém a filosofia jônica mantinha-se conectada às análises do mundo físico e a sociedade humana como parte da matéria física. Mas com a crise da polis, o ser humano passa a ocupar o centro da filosofia e correlatamente a questão da *“práxis-correta”*. O autor esclarece ainda que enquanto Sócrates busca dar respostas à crise de dissolução de uma *polis coletiva* e nucleando suas críticas à sociabilidade associada a escravidão e contrapondo a necessidade do homem coletivo em virtude do homem privado, Platão (como ressaltou Lukács *apud* Mazzeo), em contraponto, será o primeiro homem a tentar responder *“o que fazer?”* diante de uma polis (coletiva) em crise de dissolução.

Deste modo, apresenta-se, a partir do corte socrático-platônico, a construção de um conceito de Paidéia – uma cosmologia – contendo em si um conceito intrínseco de núcleo

pedagógico de transformação. O embate do núcleo pedagógico Socrático se atém a dois elementos: o primeiro é a ideia de que só é possível compreender a produção social de forma *coletiva*, enquanto o segundo, trata do combate à imoralidade de mercantilizar o conhecimento socialmente produzido.

A contribuição de Mazzeo (2015) traz ainda, Platão na tentativa de explicar seu convencimento sobre a necessidade de dar forma prática às ideias e a crítica ao “estado das coisas” e pioneiramente inaugura no pensamento ocidental a conexão entre a construção do conhecimento e a transformação da sociedade. explicar seu convencimento sobre a necessidade de dar forma prática às ideias. Cabe ressaltar que se fala de uma sociedade arrimada na escravidão e de um mercado não capitalista eu circulava apenas com o excedente da produção. Assim, a contraposição crítica de Sócrates e Platão se coloca criticamente diante da democracia escravista que pressupõe a prevalência dos ricos e poderosos e consequentemente, desigualdade.

O autor coloca ainda que ao longo da história e com maior amplitude, essas noções estarão presentes em todos os pensadores que defendem a necessidade de transformações societais como por exemplo, os primeiros filósofos do cristianismo: Clemente de Alexandria e seu discípulo Orígenes que defenderão uma práxis universal e de transformação. O cristianismo ganha universalidade com a inserção no debate cultura e filosófico gregos e consequentemente, possibilita a construção de uma nova Paidéia como alternativa – no contexto de crise do império romano e dissolução do escravismo (Mazzeo, 2015, pg. 35).

Deste modo, a ideia de uma Paidéia Cristã tomará grande importância, a ponto de subsidiar todas as questões acerca da igualdade entre os homens e incidindo diretamente no debate sobre a ligação entre os limites do conhecimento humano diante de Deus e do espírito., dando início a construção do racionalismo burguês. A contribuição de Mazzeo (2015), se atenta ainda que, as *formas mediativas* se objetivam nas sociedades divididas por classes, sendo assim, representam visões de classe.

Embora o plano da ciência moderna é que se desenvolve a busca pela chamada *soluções de práxis* pautada no racionalismo burguês, existe uma contraposição a apreensão ontológica dos avanços do conhecimento que submete o conhecimento aos espíritos e a religiosidade. Neste contexto, Hegel se apresenta como o maior representante do pensamento da racionalidade revolucionária burguesa, entretanto, ainda com o pensamento dividido entre o materialismo e o idealismo místico. Assim, na visão hegeliana a objetivação da ideia pressupões o auto conhecimento do Espírito/Consciência Universal, logo a *solução de práxis*, sugerida por Hegel está ligada a visão teísta. Por isso, a noção de Estado como

manifestação encarnada do espírito. Tal ideia será desconstruída com o materialismo de Feuerbach (Mazzeo, 2015, pg.38).

Deste modo, é a teoria social de Marx e Engels, estruturada na ontologia do trabalho como forma de práxis, que desconstrói a visão mistificada pelo espiritualismo. Pois, para a teoria social marxiana, *a materialidade é inerente e constitutiva do ser social*. Além disso, a dialética materialista marxiana possibilitou analisar as formas societais, suas contradições e expressões temporais superando o empirismo e, portanto, passou a permitir a *apreensão da totalidade do ser social*.

A teoria social de Marx afixa ainda, a ideia de história sem fim com o movimento permanente da objetivação de construção e reconstrução do ser social como *solução de práxis* em vez da visão de “fim da história”, presente no pensamento hegeliano. Sendo assim, temos a ideia de sujeitos sociais realizando materialmente seus processos histórico-sociais.

Entretanto, na forma social burguesa, as relações sociais têm seu desenvolvimento limitado, visto que, no capitalismo o modo de produção esta pautado na propriedade privada, na exploração da mais-valia do trabalhador e na produção de mercadoria – que ganha *valor de troca* e perde o *essencial humano* do trabalho. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels apontam as contradições desenvolvidas nas relações sociais capitalistas, desenvolvem um proletariado *contrário-antagônico* (Mazzeo, 2015, pg 42).

Quando nos referimos a um intelectual orgânico de classe como Lênin, na expressão de Gramsci, o maior *filósofo da práxis*, imediatamente nos remetemos à sua permanente preocupação em dar *respostas concretas para situações concretas*, fundamentalmente no que se refere ao problema da organização do movimento operário e da elevação da consciência dos trabalhadores, onde evidencia-se a necessidade de articulação dialética entre a experiência e a consciência do operário (MAZZEO, 2015, p. 44).

Se pensarmos na contribuição do serviço social na divisão sociotécnica do trabalho produtivo e analisando os contraditórios interesses de classes, a *práxis produtiva* contribui para a efetivação de diversas formas de relações sociais, que incidem sobre o comportamento e ações dos homens. Estamos tratando aqui da dimensão política da profissão que está referenciada por um projeto profissional conectado a um projeto societário que visa à transformação ou a perpetuação de determinada ordem social. Neste sentido, o Projeto Ético-Político do Serviço Social tem objetivos bem claros, quanto à construção de um projeto societário que defenda os interesses da classe trabalhadora. (Iamamoto, 1992). Seria assim, a *resposta concreta* do Serviço Social aos *problemas concretos* da sociedade capitalista.

Entretanto, analisar a *práxis produtiva* do assistente social é entender também como se dá as complexas relações de trabalho, na sociedade capitalista atual em que, os serviços sociais – seja no setor público ou privado – estão institucionalizados e, por conseguinte,

atendem aos interesses institucionais que por vezes conflitam com os interesses da classe trabalhadora. Principalmente por pensar ações de regulação social em vez de autonomia e emancipação.

Sabemos ainda que a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social, é fundamento teórico-metodológico que permeia a prática profissional, entretanto, como é possível desenvolver uma prática que contraponem a oferta do serviço? Demarcamos aqui a importância de analisar a prática profissional no contexto em que está inserida, para assim construir as possibilidades de meios de superação em vez de analisarmos a proposta ideal utópica.

A construção de um campo de classe do saber, é trazido como pressuposto teórico-político proposto Lênin *apud* Lukács (1970) *apud* Mazzeo (2015). Apoiando-se na capacidade do *materialismo-dialético* para possibilitar amplo conhecimento do *processo histórico*, bem como suas tendências e contradições e principalmente, suas possibilidades de intervenção e para assim, modificá-la. Para isso, aponta como necessário livrar-se dos limites da chamada “consciência burguesa” – alienação.

Pra isso, o processo de formação da consciência de classe pressupõe a *auto educação proletária*, formada nas lutas de massas, nas greves e nas reivindicações por melhores condições de vida para o proletariado (Mazzeo, 2015, pg. 49).

Isto só reforça a importância da dimensão político-organizativa do trabalho do assistente social. Para que tanto os colegas profissionais, quanto os usuários das políticas sociais, ocupem os espaços (que lhe são direitos legitimados) democráticos para construção e vigilância dos serviços. Além disso, precisamos também reconhecer e dialogar com os movimentos sociais, na perspectiva de fortalecer a luta pela efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

Contudo, estamos falando das complexas implicações que acarretam a construção de uma nova cosmologia e considerar a contribuição do trabalho do assistente social, envolve variáveis igualmente complexas.

3. Assistentes Sociais e as Relações de Trabalho: desafios do cotidiano profissional a serem superados.

Embora a contribuição de Netto (1992) trate o surgimento do Serviço Social como prática institucionalizada emergindo num contexto capitalista monopolista com a tarefa de responder às demandas postas pela questão social. O autor atenta para a influência do contexto histórico-cultural em que se deu o estatuto sócio-ocupacional da profissão e de suas

condutas filantrópicas e assistencialistas, a que o autor se refere como “protoformas”.

Ainda sobre a relação entre o estatuto teórico da profissão e sua condição sócio-profissional ao longo da história da profissão, é possível perceber a evolução teórica do Serviço Social que embasa o movimento de ruptura com o conservadorismo – presente na gênese da profissão – e contribui para a construção do Projeto Ético-Político Profissional, que passa a referenciar a prática profissional dos assistentes sociais, comprometida com a construção de uma nova ordem societária, que atenda aos interesses da classe trabalhadora e não do capital.

Como sabemos o contexto socioeconômico e político do capitalismo sofreu transformações ao longo do tempo e com isso, as demandas postas a profissão também mudaram e passaram a exigir do serviço social, intervenções mais complexas cada vez mais amparadas em fundamentos teóricos e metodológicos científicos.

Por um lado, vemos a profissão se estruturar política e cientificamente para atender os interesses da classe trabalhadora na construção de uma nova ordem social.

Por outro lado, vemos os direitos sociais se legitimando através da Constituição Federal de 1988, que introduz a assistência social no tripé de seguridade social e mais tarde vemos a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), seguida da Política Nacional de Assistência (PNAS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Todas essas contribuições legais corroboram para a assistência social enquanto direito e não mais como “ajuda” ou “auxílio” do Estado frente à questão social.

Entretanto, é na avaliação da prática profissional e institucional – da qual somos “operadores”, que notamos as contradições postas claramente.

Essa institucionalização do Serviço Social que está diretamente associada à intervenção do Estado nos processos de regulação social, se explicita quando nos observamos assistentes sociais, executando funções (institucionalmente atribuídas ao cargo), que mais regulam do que favorecem a autonomia e ou emancipação dos usuários das políticas sociais.

De acordo com a análise de Yazbek (2009), as condições históricas no contexto da divisão social e técnica do trabalho vão demarcar as possibilidades do projeto profissional, apontando os limites e especificidades no processo de reprodução social da vida dos segmentos mais empobrecidos.

Além disso, o atual contexto político nos faz reviver o neoliberalismo em que o Estado se ausenta cada vez mais das políticas sociais e as leis que flexibilizam sua atuação frente às demandas da sociedade, fragilizam cada vez mais a garantia de direitos.

Atualmente vivemos uma era de terceirizações em que a sociedade civil (nas suas mais diversas denominações jurídicas: ONG’s, associações, fundações empresariais e etc.),

passa a executar políticas sociais através das denominadas parcerias ou cofinanciamentos.

Tais flexibilizações, contribuem diretamente para a precarização do serviço ofertado ao usuário, bem como as condições de trabalho do assistente social que se vê submetido às condições postas pela instituição empregadora, que muitas vezes possuem (em suas missões e estatutos), fundamentações religiosas que contribuem para afirmação de algumas “protoformas” - como intitula Netto (1992) – no âmbito do desenvolvimento das políticas sociais. Deste modo, nos vemos num conflito entre os interesses institucionais do serviço social institucionalizado – campo de atuação da nossa prática profissional e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

E foi pensando na necessidade de analisar com mais cuidado essa relação dúbia, que nos vimos provocados pela contribuição de Raichelis (2017), em que se faz necessária a construção de uma relação entre o trabalho e a profissão no Serviço Social, considerando sua atuação no campo dos serviços, suas atividades que se configuram com trabalho (Meireles, 2006 *apud* Raichelis) e o profissionais estão diretamente submetidos às complexas relações de trabalhistas.

Também é necessário registrar, que essas complexas relações de trabalho, somadas à gestão dos serviços sociais, estão configurados em um contexto político de fortes tendências neoliberais, desde o Golpe Parlamenar de 2016. Desde então, vemos as políticas sociais se reconfigurarem cada vez mais distante da universalização. Assim, as observâncias de nós profissionais que atuamos diretamente na execução desses serviços, sejam no setor público ou privado, são retrocessos na consolidação dos direitos, resultando em problemáticas antes superadas ou minimizadas, como a fome e o desemprego, por exemplo.

A exemplo disso, temos os cortes e mudanças nos critérios elegíveis do Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, além da diminuição da oferta de serviços da Proteção Social Básica, conforme prevê o Sistema Único da Assistência Social, entre outros. Também é importante registrar, que neste cenário em que se enfraquece, se precariza e fragiliza políticas públicas sociais, o Estado apresenta como alternativa o assistencialismo, a caridade através de programas e projetos que apenas minimizam questões pontuais do usuário, mas não pensa sua emancipação e muito menos legítima o direito social.

Estamos registrando aqui tanto a diminuição da oferta de políticas sociais, com a precarização das mesmas através da escassez de recursos para executá-las sob contratos terceirizados que prejudicam as condições de trabalho do profissional.

Como citado anteriormente, isso reforça o universo contraditório das políticas sociais que se distanciam cada vez mais da perspectiva da universalização (Raichelis, 2018, p. 27). Aliado a isso, a interpretação do Serviço Social na sociedade capitalista se configura numa relação tensa e subordinada entre o projeto profissional e o trabalho assalariado.

Demarcamos aqui um ponto importante a ser questionado. Quais os enfrentamentos possíveis para lidar com as contradições da política – da forma como está estabelecida e os limites do próprio trabalho?

4. Conclusão

Não há como separar Serviço Social de trabalho e profissão, visto que não se pode deixar de reconhecer a atividade dos assistentes sociais como trabalho, cujo qual é sujeito vivo das relações como trabalhador assalariado (Raichelis, 2017, p.38).

A autora também destaca o fato dos assistentes sociais como profissionais, estarem inseridos no mercado de trabalho (pelas instituições do Estado – nas três esferas do poder – Federal, Estatal e municipal), por organizações não governamentais e empresariais, sendo assim, tendo sua força de trabalho transformada em mercadoria, conforme o trecho abaixo:

Na compra e venda da força de trabalho, o trabalhador receber o valor da troca desta mercadoria – traduzido no equivalente monetário de seu tempo de trabalho socialmente necessário -, e entrega ao empregador o seu valor de uso: o direito de consumo dessa força de trabalho durante um período de tempo, equivalente a uma dada jornada de trabalho segundo parâmetros estabelecidos pelo contratante e formalizados no contrato de trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p. 421-422, *apud* RAICHELIS, 2017, *idem* p. 37).

Portanto, esse processo subordina o exercício profissional às requisições institucionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e muitas vezes, conciliar os objetivos da profissão com os objetivos do Serviço Social institucionalizado, se resulta contraditório e conflituoso.

No cenário de relações trabalhistas, o trabalho do assistente social integra a dinâmica das relações de compra e venda da força de trabalho em todas as esferas da produção e da reprodução social e também participa política e ideologicamente das resistências enquanto sujeito coletivo, através das suas entidades representativas e da formulação de um projeto profissional articulado ao projeto societário da classe trabalhadora (Raichelis, 2017).

Ainda de acordo com a autora, é no setor de serviços, onde se insere a mão de obra do assistente social, que se observa maior precarização e intensificação do trabalho. Neste contexto cresce o desgaste mental, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento provocados pelas novas formas de organização, controle e gestão do trabalho nas políticas sociais.

É nesse complexo contexto que a prática profissional toma forma. Sem deixar de considerar a forma como o Serviço Social está configurado nas instituições (públicas e privadas), às atividades atribuídas ao cargo, à dinâmica viva do trabalho em si, aliada a falta de clareza das próprias atribuições vividas por grande parte dos profissionais que se configuram alguns dos inúmeros desafios da profissão.

Contudo, é sabido que, individualmente, até podemos fazer mediações no micro, mas

como incidir no macro, ainda se configura um grande desafio para a categoria. Pois, construir mediações em meio ao contexto político para superação para os entraves da nossa profissão, é imprescindível para existirmos enquanto profissionais comprometidos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil 1988 (1988).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm

Lei n. 8.662, de 07 de Junho de 1993 (1993). Dispõe sobre Regulamentação da Profissão do Assistente Social.

Lei n. 8.742, de 07 de Dezembro de 1993 (1993). Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social.

Resolução Nª 35 do Conselho Nacional de Assistência Social de 29 de novembro de 2011 (2011) – Dispõe da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Mota, A. E; et al Org. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: (Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez (2009).

CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS (2009).

Arendt, H. A Condição Humana – Por Tiago Rodrigues Braga, Universidade Federal de Goiás, Departamento de Ciências Sociais (2009).

Ammann, S. B., A Participação Social, Ed Cortez e Moraes (1978).

Boff, L. O Golpe de 1964 e o Golpe de 2016: A Mesmo Golpe de Classes. Jornal do Brasil, de 05/09/2016, disponível: <http://www.jb.com.br/leonardoboff/noticias/2016/09/05/golpe-de-1964-e-de-2016-o-mesmo-golpe-de-classe/> acesso (2018, Maio 05).

Freire, P.. Pedagogia do Oprimido, Ed. Paz e Terra, 15ª edição (1970).

Freire, P. Pedagogia da Autonomia, Ed. Paz e Terra, 37ª edição (2008).

Freire, P. Conscientização, Ed. Moraes, 4ª edição (1980).

Guerra, Y. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social (2007). Consulta em 08 de Outubro de 2009 pelo site:

http://www.cressmq.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria5_yolandaquerra.doc

Iamamoto, M. V. e Carvalho, R. O Serviço Social em tempo de capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e questão social. São Paulo: Cortez (2007).

Iamamoto, M. V. e Carvalho, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de

- uma interpretação histórico-metodológica. 16ª Edição. São Paulo/SP. Cortez Editora (2004).
- Iamamoto, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 7ª Edição. São Paulo./SP Cortez Editora (2004).
- Mazzeo, A.C. Lenin Teoria e Prática Revolucionária. Ed. Cultura Acadêmica, (2015).
- Mota, A. E., 80 Anos do Serviço Social, Conquistas Históricas e Desafios na Atual Conjuntura, Serviço Social e Sociedade Nº 128, pág 39-56, (2017 janeiro/abril).
- Netto- J.P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social – Serviço Social e Saúde, (2017).
- Netto, J, P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social, Editora Cortez, 9ª Edição, Novembro (2017).
- Rachelis, R. e Viente, D. A. V. A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social, Editora Cortez, Dezembro (2017).
- Yazbeck, M. C. O Significado Sócio-histórico da Profissão. Brasília: CFESS/Abepss, (2009).
- Yakbek, M. C. "Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.". In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS, ABEPSS. Brasília-DF (2009).